



O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS ESTUDOS AFRICANOS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS EM MOÇAMBIQUE¹

Elena Colonna²

Resumo

A partir da apresentação de um projecto de investigação sobre a realidade das crianças que tomam conta de outras crianças nos bairros periféricos da cidade de Maputo, em Moçambique, o artigo pretende levantar algumas questões mais gerais sobre a relação existente entre a investigação científica e as crianças do continente africano. Em primeiro lugar, nota-se que, apesar da faixa etária dos 0 aos 18 anos representar cerca da metade população africana, permanece ainda escasso o número de investigações científicas voltas ao estudo específico da realidade das crianças deste continente. Em segundo lugar, observa-se que, na maioria dos casos, quando as crianças constituem o objecto principal de investigação, se trata de crianças desfavorecidas ou que se encontram em situações excepcionalmente difíceis (crianças de rua, crianças chefes da família, crianças soldados, crianças trabalhadoras, crianças órfãs, ...). São raros os trabalhos que objectivam estudar a realidade das crianças consideradas “normais” dentro de um determinado contexto e ainda mais raros são os estudos que apresentam o ponto de vista das próprias crianças sobre as suas experiências e as suas vivências quotidianas. Em terceiro lugar, discute-se a legitimidade de aplicar o conceito de “infância”, assim como foi criado em Ocidente, ao estudo de contextos culturais profundamente diferentes, quais os dos países africanos. Finalmente, a comunicação conclui-se com uma reflexão sobre a possibilidade e as formas de conciliar a universalidade dos Direitos da Criança com as especificidades culturais de um determinado contexto local.

Palavras-chave:

Criança; crianças trabalhadoras; infância.

¹ Uma versão mais ampliada deste texto foi publicada no livro: Muleka Mwewa. (Org.). África e suas diásporas: olhares interdisciplinares. São Leopoldo-RS: Nova Harmonia, 2008. Agradecemos a Editora Nova Harmonia em nome do seu editor chefe Professor Doutor Antônio Sidekum por ter autorizado a publicação de parte deste texto na Revista POIÉISIS.

² elenamaputo@yahoo.it

Introdução: pensando uma investigação com crianças em Maputo.

Mais do que oferecer qualquer tipo de resposta, o presente texto pretende colocar algumas questões que têm aparecido ao longo do meu primeiro ano de investigação sobre a infância em Moçambique. É minha esperança que tais questões possam estimular e alargar o debate da comunidade científica, enriquecendo-o assim com novas e diferentes perspectivas e experiências de pesquisa.

A ideia de uma investigação sobre a realidade das crianças moçambicanas nasce na sequência de um ano de trabalho de campo como operadora numa escola primária e centro de acolhimento para crianças de rua, na periferia da cidade de Maputo (Bairro de Infulene). Esta experiência ofereceu-me a oportunidade de viver, brincar, aprender, rir e sofrer junto com as crianças e os jovens que frequentavam o Centro, por um período de tempo significativo. O contexto onde estava inserida representou assim, para mim, um observatório privilegiado para o conhecimento das vivências e das trajetórias de vida de uma pluralidade de crianças. Nomeadamente, tive a possibilidade de entrar em contactos com sujeitos que se diferenciavam por alguns aspectos principais:

- a geração, uma vez que frequentam a instituição, ainda que com estatutos diferentes, desde os bebés recém-nascidos até os jovens com mais de vinte anos de idade, isto é, trata-se de pessoas que cresceram em situações históricas diferenciadas, assim, por exemplos, os anos da guerra e da crise alimentar foram vividos apenas pelos mais velhos e não pelos outros;

- a situação socio-familiar, porque há crianças que vivem nas suas famílias (com um dos pais ou com ambos ou com outros familiares) e só vão ao Centro para frequentar a escola, enquanto existem outras crianças que vivem de forma estável na instituição e, entre elas, só algumas conhecem as famílias de origem e costumam ter um contacto com elas;

- a origem geográfica, dado que os acolhidos no Centro não provêm apenas da área circunstante mas também de outros bairros da cidade e de várias províncias do país.

Assim que o meu conhecimento sobre a realidade das crianças e dos jovens moçambicanos ia crescendo, aumentavam também as interrogações sobre esta realidade e sentia a necessidade de aprofundar do ponto de vista teórico a experiência prática que

estava a ter, ao fim de poder melhor compreendê-la. Foi então que surgiu a ideia de desenvolver uma investigação científica sobre a infância moçambicana.

Uma das primeiras perguntas que me coloquei estava relacionada com as motivações que levam as crianças a “escolher” a vida na rua. A seguir, interroguei-me sobre a questão de género. De facto, os alunos que frequentam a escola são meninos e meninas, enquanto as crianças e os adolescentes acolhidos no Centro são exclusivamente de sexo masculino e motivam a sua “saída” de casa, referindo-se às dificuldades vividas no âmbito familiar, de natureza económica mas sobretudo relacional (principalmente conflitos com o novo parceiro da mãe ou do pai e os respectivos filhos). Alargando o olhar à realidade de toda a área urbana de Maputo, nota-se que o número dos centros de acolhimento dirigidos aos meninos é claramente superior ao número de centros dirigidos às meninas e, além disso, pelas ruas da cidade, encontram-se quase exclusivamente crianças e adolescentes do sexo masculino, a pedir esmola ou envolvidos em pequenas actividades do mercado informal.

Perguntei-me, então, onde se encontravam as filhas de sexo feminino pertencentes àquelas mesmas famílias e, sobretudo, porque é que os seus percursos de vida eram diferentes daqueles dos irmãos. Se os filhos consideraram a sua situação familiar de tal forma difícil e “pesada” que preferiram a rua ou um centro de acolhimento, quais são as razões sociais e culturais que retiveram as filhas em casa?

Afinal, esta questão também acabou por não constituir a pergunta de partida da minha investigação. Só depois de meses de observações da realidade local, pesquisas bibliográficas, encontros com pesquisadores da infância, contactos com organizações moçambicanas e internacionais que trabalham, de maneiras diferentes, questões relacionada à infância e ao género em Moçambique, é que consegui identificar como objecto do meu estudo a experiência das crianças que tomam conta dos irmãos mais novos ou de outras crianças da família. Trata-se de uma prática muito difusa entre as famílias dos bairros periféricos da cidade de Maputo, mas ainda pouco explorada do ponto de vista sociológico.

Nomeadamente, o objectivo do trabalho é conhecer as vivências quotidianas das crianças que tomam conta de outras crianças e as suas representações sobre esta actividade, mas também sobre si próprias, sobre os outros, sobre os seus direitos e sobre o mundo em que vivem, prestando uma particular atenção às diferenças existentes em relação à variável de género.

A pesquisa bibliográfica: a dificuldade de encontrar material sobre a infância moçambicana.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (2006), a população de Moçambique é estimada em 18.3 milhões de habitantes, dos quais cerca de 8.5 milhões têm idades compreendidas entre 0 e 14 anos. Isso significa que as crianças³ constituem cerca da metade da população de Moçambique. Seria então de esperar a existência de um conjunto significativo de informação sobre esta faixa etária e sobre as suas condições de vida, pelo menos proporcional à sua relevância demográfica.

Pelo contrário (infelizmente para os que, assim como eu, se interessam pela infância), a situação é bem diferente. Os estudos relativos às crianças moçambicanas resultam escassos e difíceis de se encontrar, apesar do meu percurso de pesquisa ter envolvido diferentes tipos de recursos (internet, centro de documentações de organizações, livrarias, bibliotecas e universidades).

Comecei a minha procura de material sobre a infância moçambicana na *Rede da Criança*, o fórum de ONG e outras Associações que trabalham em prol da Criança em Situação Difícil em Moçambique. Os funcionários demonstraram-se muito disponíveis em apoiar a minha pesquisa, mas pediram que, uma vez concluído o trabalho, deixasse uma cópia da tese com eles, alegando a falta de documentação sobre a situação das crianças moçambicanas, uma documentação considerada fundamental para o planeamento e a implementação das intervenções.

De facto, a pesquisa no pequeno centro de documentação da organização confirmou-me a falta de material que os funcionários tinham indicado. O relatório do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (1999), *“As crianças em Maputo Cidade: cifras e realidades”*, elaborado a partir dos dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, pareceu-me ser o único texto com uma informação mais detalhada sobre a situação das crianças moçambicanas. Além disso, encontrei alguns documentos políticos de carácter programático, como o *Plano Nacional de Acção para a Criança 2006-2010* (MMAS, 2006a) e

³ Consideram-se aqui crianças, todos os indivíduos com idade compreendida entre 0 e 18 anos de idade, de acordo com Convenção dos Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989).

o *Plano Nacional de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis* (MMAS, 2006b), aprovados pelo Conselho de Ministros de Moçambique, e o *Relatório do Seminário Nacional sobre Crianças Órfãs e Vulneráveis no Contexto do HIV/SIDA* (MMAS, 2004), organizado pelo Ministério da Mulher e Acção Social. O resto do material era constituído por relatórios de encontros ou de projectos de intervenção e por materiais divulgativos (sobre os direitos da crianças, a prevenção das doenças, etc.), elaborados por organizações não governamentais.

A segunda etapa da minha busca foi na sede da *Unicef Moçambique*, onde consegui o relatório desta organização de 2006, *“A Pobreza na Infância em Moçambique: uma Análise da Situação e das Tendências”*. O relatório inspira-se numa abordagem à pobreza na infância baseada em direitos, isso é, a pobreza infantil é considerada como privação dos direitos básicos. Nomeadamente, são sete os direitos examinados: nutrição, água, saneamento, cuidados de saúde, abrigo, educação e informação. Ao longo do estudo, esta perspectiva é apresentada em paralelo com a medida oficial da pobreza em crianças baseada no consumo.

Tendo como fonte principal os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística através de levantamentos de agregados familiares, a análise da *Unicef* (2006) possui um carácter predominantemente estatístico-quantitativo e fornece uma visão geral da situação socioeconómica das crianças moçambicanas, evidenciando as desigualdades existentes por género, idade, província de origem e outras variáveis, mas pouco nos diz sobre as experiências quotidianas das crianças e os seus pontos de vista. São raros os casos em que o relatório apresenta os resultados de pesquisas qualitativas sobre as condições de vida das crianças e ainda mais raro é o relato das palavras das próprias crianças. Trechos de discursos das crianças aparecem no Primeiro Capítulo em duas pequenas Caixas, com título *“O que dizem as crianças moçambicanas”*. Interessante notar como, neste caso, as palavras são apresentadas “soltas”, sem nenhuma referência ao contexto onde foram produzidas nem à fonte de onde foram tiradas. Na segunda das frases, um menino de Nampula apela ao direito das crianças de serem ouvidas, dizendo *“...Queremos os nosso direitos, mas não somos ouvidas. Eu quero que o meu sonho seja ouvido.”* Lamentavelmente, porém, já não há muito espaço para as opiniões das crianças no resto do relatório: estas aparecem apenas nas Caixas de Aprofundamento sobre as crianças na rua em Maputo (p.189) e sobre o abuso sexual na escola (p.191). Parece assim que as poucas frases das crianças relatadas tenham mais um carácter decorativo, ligado ao *politically correct*, do que um valor efectivo de

informação relevante para os objectivos do estudo. O que conta parecem ser os dados quantitativos.

Outros relatórios, que me disponibilizaram na *Unicef*, na *Unicri*⁴ e na *Save The Children Moçambique*, revelam de forma clara a categoria das *crianças órfãs e vulneráveis* como unidade de análise prioritária das pesquisas. Segundo a definição do Ministério da Mulher e da Acção Social de Moçambique (2006b), considera-se órfão o menor que, tendo idade inferior ou igual a 18 anos, tenha perdido um ou ambos os pais, enquanto é criança vulnerável aquela que se enquadra numa das seguintes categorias: crianças afectadas ou infectadas pelo HIV/SIDA; crianças em agregados familiares chefiados por crianças, jovens, mulheres ou idosos ou nos quais um adulto se encontra cronicamente doente; crianças da e na rua; crianças em instituições; crianças em conflito com a lei; crianças portadoras de deficiências; crianças vítimas de violência, de abuso e exploração sexual, de tráfico e das piores formas de trabalho; crianças casadas antes da idade legal e crianças refugiadas e deslocadas.

Assim, sobre o tema das *crianças órfãs e vulneráveis*, referimos os estudos relativos às raparigas vítimas de violência e abuso sexual (ActionAid, 2005; Matavele, 2005; Ritcher et al., 2004), aos órfãos (Artur, 2002), aos menores em conflito com a lei (UNICRI, 2007), às crianças chefes de família, às crianças afectadas pelo HIV/SIDA, ao trabalho infantil e ao tráfico de crianças entre Moçambique e África do Sul (Serra, 2007).

Além disso, existe também um conjunto de outras investigações cujo objecto de estudo principal não é representado pelas crianças, mas onde estas aparecem de forma indirecta e marginal. É o caso dos trabalhos sobre as famílias (Andrade, Loforte, Osório, Ribeiro, & Temba, 2001; Costa, 2007), as mulheres (Frias, 2006) e a questão de género (Arthur, 2007; Mejía, Osório, & Arthur, 2004) em Moçambique. O facto de encontrar referências às crianças em pesquisa sobre outros assuntos explica-se porque, efectivamente, *“a participação das crianças na vida social, independentemente de ter sido ou não alvo de pesquisa, reflexão e teorização [...], sempre existiu. A presença das crianças sempre interferiu na vida social, ainda que silenciosa ou silenciada [...]. A sua ausência, também.”* (Nunes & Carvalho, 2007).

⁴ United Nations Interregional Crime And Justice Research Institute.

Qvortrup (1999), porém, sublinha a importância de estudar a infância por seu próprio mérito, não misturando-a com outras questões e agentes como, por exemplo, a família. Segundo este autor, a familiarização da infância não apenas constitui uma concepção ideológica acerca do lugar que as crianças devem ocupar, mas também acaba por tornar-se uma forma metodológica de despojar as crianças do seu direito a serem notadas.

Assim, embora os trabalhos até aqui mencionados tenham ampliado o conhecimento sobre as crianças em Moçambique, os avanços têm sido ainda insuficientes para uma mais plena compreensão da infância como fenómeno social. O relatório do Instituto Nacional de Estatística (1999) aponta a falta de dados como um dos principais factores para explicar estas limitações, uma vez que a recolha de dados específicos sobre crianças tem problemas de custos elevados e dificuldades metodológicas especiais, enquanto os dados secundários provenientes de censos e inquéritos com objectivos mais amplos resultam insuficientes para análise da situação dos cidadãos mais novos. Também o relatório da *Unicef Moçambique* (2006) reconhece a falta de informação sobre a situação das crianças vulneráveis e indica a necessidade de empreender esforços para assegurar a disponibilidade e o uso de dados fiáveis e actualizados.

Definição da unidade de análise: será que em Moçambique existem apenas “crianças órfãs e vulneráveis”?

A revisão da literatura mostra-nos então que, quando as crianças moçambicanas constituem o objecto principal das investigações, se trata, na maioria dos casos, de crianças consideradas “problemáticas”, tais como as crianças de rua, as crianças chefes de família, as crianças soldados, as crianças trabalhadoras, as crianças órfãs... Confirma-se assim a visão de Samanta Punch (2003), segundo a qual a maioria das pesquisas sobre a infância em África, assim como na Ásia e na América Latina, continua fortemente focalizada em crianças desfavorecidas ou que se encontram em situações excepcionalmente difíceis.

A maior visibilidade atribuída a estas realidades mais extremas pode então acabar por obscurecer a importância de outros aspectos igualmente fundamentais e mais comuns das crianças oriundas destes continentes, tal como a brincadeira, que permanece um elemento

fundamental destas infâncias, raramente reconhecido e explorado (Punch, 2003). Ao ver as crianças como vítimas passivas do sistema em que se encontram, não se tem em conta a sua capacidade de acção e a sua participação activa a nível familiar, social e económico, mesmo nas situações mais adversas (Honwana e De Boeck, 2005). Ao pensar as crianças como adultos em miniatura, ignoram-se os mundos sociais e as culturas da infância, que as levam a desenvolver mesmo as actividades consideradas “adultas” com um estilo próprio, por exemplo, através da capacidade de articular o trabalho, com a aprendizagem e com a dimensão lúdica (Katz, 1986; Invernizzi, 2003; Punch, 2003; Silva, 2003).

Em geral, no continente africano, as ciências sociais, mas sobretudo as organizações internacionais, têm privilegiado o estudo das crianças “fora do lugar” (*out of place*), isso é, das crianças que não respondem à norma de infância da classe média europeia e norte-americana, depois universalizada, e que são por isso consideradas em situação de risco e que põem em risco a própria sociedade (Connolly e Ennew, 1996). Muitas vezes, porém, “*o que é iluminado pela ciência torna duplamente desconhecido tudo aquilo que a ciência (ainda?) não pode alcançar: desconhece-se o que está oculto e não é susceptível de ser procurado, porque não está previsto o seu achamento*” (Sarmiento, 2006). Assim, as crianças e os jovens de África que quotidianamente brincam, cuidam dos irmãos, estudam, ajudam nas tarefas domésticas, trabalham, se organizam e lutam continuam a ser sistematicamente ocultados pela imagem das “crianças africanas pobres, esfomeadas e doentes”, que os *mass media* e as organizações internacionais costumam propor à opinião pública.

Neste panorama, parece interessante a contribuição que a Sociologia da Infância pode oferecer aos estudos africanos: por um lado, afirmando a necessidade de estudar as crianças, as relações que elas estabelecem e as suas culturas pelo que são, em si próprias, a partir dos seus próprios pontos de vista, independentemente da perspectiva e dos conceitos dos adultos (Prout & James, 1990; Qvortrup, 1999; Sarmiento, 2000); por outro lado, reconhecendo às crianças o estatuto de actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e co-construtoras das realidades sociais onde se inserem (Sarmiento, Soares & Tomás, 2004).

Uma vez que a condição social da infância é, em qualquer sociedade, bem expressiva da realidade social no seu conjunto e, de algum modo, as sociedades são aquilo que propõem como possibilidades de vida, no presente e para o futuro, às suas crianças, o

trabalho teórico e analítico sobre a infância constitui também uma forma de conhecer a sociedade (Sarmiento, 2000). Eis então a relevância de ocupar-se da multiplicidade de condições de existência das crianças num dado contexto e não apenas de algumas categorias, porque o significado da vida de uma sociedade está ligado de forma indissolúvel ao que faz ou pensa fazer com *todas* as suas crianças (Marchi, 2007). É por essa razão que, em geral, os que pretendem estudar a infância em termos sociológicos, tem se interessado mais pelas condições típicas, normais e comuns para maioria das crianças, ou seja, não focalizam a atenção somente sobre crianças em situações particularmente difíceis (Qvortrup, 1999).

É então desejável que possam ser cada vez mais os trabalhos que objectivam estudar a realidade das crianças consideradas “normais” dentro de um determinado contexto e que, mesmo nas pesquisas com crianças em situação difícil, possa ser dada maior visibilidade, não apenas aos aspectos críticos das suas vidas, mas também aos elementos próprios das culturas infantis que as caracterizam. Segundo Sarmiento (2004), são quatro os principais eixos que estruturam as culturas da infância: a interactividade, quer com as outras crianças, quer com os adultos; a ludicidade, como condição da aprendizagem, da sociabilidade e da interpretação do mundo; a fantasia, através da qual o real é reconstruído criativamente pelo imaginário e, finalmente, a reiteração, que constitui um tempo não linear, mas recursivo.

Finalmente, uma vez entrada no *focus* dos investigadores a multiplicidade das crianças moçambicanas e africanas e não apenas a categoria das “crianças órfãs e vulneráveis”, o verdadeiro desafio será o de ouvir os pontos de vista das próprias crianças sobre as suas experiências e as suas vivências quotidianas e interpretar as suas *vozes*, isto é, explorar a contribuição única que as suas perspectivas providenciam. Uma ajuda especial no desempenho desta tarefa vem da Antropologia, pela sua consolidada experiência em pesquisar, teorizar e escrever sobre o ‘outro’ (Nunes & Carvalho, 2007).

O conceito de infância: uma construção social e histórica.

A categoria social acima mencionada das “crianças vulneráveis”, que inclui um número significativo de crianças moçambicanas, emana de uma precisa visão do que se considera ser uma *infância normal*. Assim, ao empreender uma investigação sobre a infância, é importante

“topicalizar, escrutinar e assim reflexivamente problematizar o que já sabemos sobre o nosso fenómeno” (Jenks, 2005).

No âmbito dos novos estudos sociais da infância, os investigadores têm assumido como ponto de partida a natureza social e cultural, historicamente localizada do conceito de infância. Nomeadamente, James e Prout (1990) afirmam que a infância deve ser entendida *“como uma construção social. Como tal, isso indica um quadro interpretativo para a contextualização dos primeiros anos da vida humana. A infância, sendo distinta da imaturidade biológica, não é uma forma natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como uma componente estrutural e cultural específica de muitas sociedades.”* Na mesma direcção, Qvortrup (2001), numa das suas nove teses sobre a infância como fenómeno social, sustenta que *“a ideia [da essência] da criança como tal é problemática, enquanto a infância é uma categoria histórica e intercultural”*.

Assim, enquanto as crianças existem concretamente como seres bio-psico-sociais, a infância não é nada mais do que uma modalidade de observação, uma categoria do pensamento, uma representação (James, Jenks & Prout, 1998). A partir de uma epistemologia construtivista, que considera a “realidade” como um produto da consciência, produzido por olhares e interpretações de indivíduos social e culturalmente localizados, podemos pensar a infância como fenómeno plural e relacional. Deste modo, qualquer concepção de infância é apenas uma definição parcial de “múltiplas realidades”, no entanto, uma determinada realidade é sempre tida como óbvia e legítima dentro do contexto onde ela é produzida. Desconstruir esta obviedade e legitimidade do conceito dominante de infância representa então o desafio dos novos estudos sociais da infância (Marchi, 2007).

De acordo com Glauser (1990), torna-se fundamental a desconstrução dos conceitos actualmente dominantes, uma vez que normalmente são o que detêm o poder que definem a realidade dos outros, moldando e limitando as formas em que é possível falar e pensar os assuntos na sociedade. Este autor, estudando a realidade das crianças de rua da capital do Paraguay, releva um escasso conhecimento sobre a maneira em que as crianças directamente afectadas por sérios problemas de vida e de sobrevivência consideram a sua própria situação. Pelo contrário, a forma dominante de falar sobre as crianças de rua é constituída por discursos ‘sobre os outros’, sobre vidas, problemas e situações que não são vividas ou partilhadas directamente mas simplesmente observadas externamente pelos sujeitos que falam.

Desconstruir um conceito significa responder a perguntas, tais como: ao que se refere o termo utilizado? Como foi criado? Em resposta a quais problemas e questões surgiu? Quais interesses e necessidades serve? Neste sentido, a desconstrução dos conceitos dominantes não é necessária apenas para a procura de um melhor conhecimento, mas também para a libertação da influência e da submissão a um poder não desejado. Segundo Glauser (1990), isto parece particularmente relevante sobretudo nos países do chamado “Terceiro Mundo”, uma vez que aqui ameaçadoras dependências se expressam e actuam através dos conceitos e dos discursos que definem a “realidade”.

Este empreendimento de desconstrução dos conceitos comumente utilizados constitui um desafio especialmente para as ciências sociais, à luz da sua “dupla hermenêutica”, isso é, das relações recíprocas existentes entre estas e a sociedade, no processo de construção do conhecimento (Giddens, 1976). Desta maneira, o envolvimento na construção de um novo paradigma de infância constitui também o envolvimento no processo de reconstrução da infância na sociedade. De facto, ao longo do século XX, os diversos instrumentos de conhecimento, tais como as experiências psicológicas, os testes psicométricos, os mapas sociométricos, as descrições etnográficas e as pesquisas longitudinais têm sido todos aplicados à infância e, deste modo, têm estruturado o nosso pensamento sobre as crianças, levando a uma crescente imposição de uma concepção particularmente ocidental de infância para todas as crianças, o que acaba por ocultar o seu carácter socialmente construído (Prout & James, 1990).

Apesar da maioria das crianças do mundo viver nas regiões economicamente mais pobres de África, Ásia e América Latina, estas tendem a ser consideradas “desviantes” quando examinadas a partir do modelo globalizado de infância, que se baseia nos ideais das classes médias europeias e norte-americanas de crianças dedicadas a estudar e a brincar, desenvolvendo as suas vidas principalmente no espaço doméstico e escolar. Assim, do ponto de vista de muitos dos profissionais que trabalham em prol dos direitos e do bem-estar das crianças, todas as crianças que trabalham ou que vivem nas ruas, que são presentes nos espaços públicos e ausentes da escola e da casa, representam alguma forma de disfunção pessoal ou familiar (Boyden, 1990). As crianças que estão “fora do lugar” (Connolly and Ennew, 1996), que não encaixam com prontidão nas fantasias culturais ocidentais de crianças inocentes e vulneráveis, são percebidas como demoníacas e ameaçadoras e, muitas vezes, temidas e punidas (Honwana & De Boeck, 2005). Da mesma forma, os pais que não

seguem a norma ocidental de criação dos filhos são logo considerados como irresponsáveis (Levine, Dixon et al., 1994). Os profissionais, as vezes, não consideram que os pais e as crianças podem ter percepções diferentes das suas: modelos de comportamento “patológicos” para uns, podem resultar “normais” para os outros. Por exemplo, o desenvolvimento precoce de mecanismos de sobrevivência, tais como o trabalho infantil, é visto por muitos como parte do normal processo de socialização das crianças (Boyden, 1990).

Neste panorama, torna-se particularmente relevante o papel que os estudos africanos podem desempenhar na afirmação da infância como uma categoria universal em termos de ocorrência, mas específicas em suas manifestações concretas (Nunes & Carvalho, 2007), uma vez que estudos empíricos bem conduzidos, sobretudo em contextos etnográficos não-ocidentais, constituem a contraparte essencial do trabalho teórico (James & Prout, 1990). Segundo Sarmiento (2006), já são vários os autores que, por um lado, têm apontado à diversidade das formas de desenvolvimento das crianças, em função da pertença cultural, em contraste com à ideia de uma natureza universal da infância, suposta a partir de estudos centrados nos países ocidentais (Rogoff, 2003); por outro lado, têm indicado como a norma da infância ocidental não resulte aplicável em outros contextos culturais (Mead, 1970; Weisner & Gallimore, 1977; Cutolo, 2007).

Em particular Cutolo (2007), à luz dos resultados da sua pesquisa antropológica junto com os Annowfe, uma população da Costa de Marfim, questiona a própria existência do conceito de infância dentro deste específico contexto cultural. É seu objectivo demonstrar como aqui a infância não possa ser considerada invisível, nem negada, uma vez que para isso deveria se postular a sua existência num dado nível de realidade, existência que a seguir poderia ser ou não reconhecida. Pelo contrário, pode-se afirmar que, na sociedade Annowfe, a infância assim como nós a entendemos não existe. Não apenas não há uma única palavra, uma definição cultural ou uma categoria social que a defina, mas também não é objecto, em si, de nenhuma atribuição de valor que possa levar à formação de uma tal definição.

Nomeadamente o autor, ao falar de infância, refere-se a uma idade, uma etapa ou uma condição da vida humana que carrega valores e direitos específicos, ligados aos que investem, mais em geral, a pessoa. Esta ideia de infância enquadra-se na “ideologia moderna”, um sistema de ideias e representações que põe o indivíduo no centro da sua constelação de valores, considerando a própria sociedade como um conjunto de

individualidades definíveis em si, sem precisar de referências aos grupos e às relações onde estas se inscrevem. Num tal contexto, torna-se possível ser crianças, infância, com uma identidade definida e direitos específicos, antes de ser “filhos”, “netos” ou “irmãos” de alguém, isso é, antes de estar “em relação”. Na sociedade *annowfe*, isto não é possível, uma vez que as pessoas são reconhecidas apenas através de uma relação e não enquanto essência. As crianças não existem socialmente como tais, mas apenas como “filhos” de determinados pais e mães, de um grupo de parentesco, de um bairro ou de uma aldeia (Cutolo, 2007).

Chegamos assim a conclusão que *“a infância não é uma experiência universal de qualquer tipo de duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de género, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância”* (Franklin, 1995). A seguir, vamos então reflectir sobre algumas das implicações práticas desta afirmação teórica.

Crianças locais e direitos universais: um encontro possível?

Ao deixar de considerar a infância como um fenómeno natural e, conseqüentemente, universal e ao assumi-la como uma variável da análise social, fortemente relacionada com o específico contexto sociocultural examinado, deparamo-nos necessariamente com uma questão crucial: a dos direitos das crianças. Será que os direitos deveriam também variar consoante o país, a cultura ou a sociedade considerados ou deveriam, pelo contrário, ser universais?

Os direitos parecem ser universais, segundo a Convenção dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1989 e hoje ratificada por 193 países (todos os países do mundo, menos a Somália e os Estados Unidos). Este documento, que representa o principal instrumento internacional relativo aos direitos das crianças, é construído a partir um preciso modelo de desenvolvimento infantil, considerado natural, uniforme e invariável. Segundo Lopatka (1992), que presidiu o Grupo de Trabalho das Nações Unidas para a redacção da Convenção, *“a natureza física e mental da criança é idêntica em toda parte. (...)”*

O processo de crescimento e adolescência tem um rumo parecido em todas as crianças. As suas necessidades físicas e mentais também são parecidas.”

Ao mesmo tempo que identifica um conjunto de características que devem ser comuns às infâncias de todo o mundo, a Convenção também reconhece a importância da cultura e dos valores locais. Assim, a contradição existente entre algumas partes da Convenção dá expressão à elevada complexidade da relação entre a lei e a tradição (Douglas & Sebba, 1998). Nomeadamente, o respeito da cultura local é reconhecido no Preâmbulo (*“Tomando em devida conta a importância das tradições e os valores culturais de cada povo para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da criança”*), no artigo 5 (*“(…) os direitos e os deveres dos pais ou, quando for o caso, dos membros da família alargada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais (…)”*) e no artigo 30 (*“(…) o direito de, em comunidade com os demais membros de seu grupo, ter sua própria vida cultural, professar ou praticar sua própria religião ou utilizar sua própria língua.”*).

Pelo contrário, o conflito entre os direitos e as tradições locais torna-se explícito no artigo 24.3 da Convenção, segundo o qual *“Os Estados Partes adoptarão todas as medidas eficazes e adequadas para abolir práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.”*

Para além desta contradição explícita, uma outra contradição é latente na própria natureza da Convenção que declara a universalidade dos direitos a partir de uma específica experiência de infância. O conceito do “melhor interesse da criança” pode se tornar assim uma perigosa capa para preconceitos, paternalismo e decisões variáveis (Parker, 1994). O discurso dos direitos universais permite a naturalização de avaliações normativas sobre o que as crianças são e deveriam ser. Um tal processo de naturalização de determinados critérios e normas desenvolve-se através da consideração do conhecimento, assim como ele é produzido pela psicologia, como culturalmente neutro. Pelo contrário, pode-se objectar o quanto os fundamentos da política e da programação internacional para as crianças sejam *“highly culturally, class and gender-specific”* (Burman, 1996). Assim, enquanto a psicologia e a sociologia parecem estar ocupadas apenas na compreensão da realidade, os resultados, a terminologia e a visão do mundo que elas produzem são reabsorvidas e tornam-se parte das sociedades estudadas. Neste sentido, não podem existir conceitos de infância social e politicamente inocentes (Prout & James, 1990).

Os conhecimentos, assim como Focalult apontou, são sempre relacionados ao exercício do poder; nunca neutrais, estes expressam os discursos sobre a sociedade, por sua vez expressões de específicos interesses (James et al., 1998). Igualmente, a definição de “*a standard below which any civilised nation, rich or poor, will be ashamed to fall*” (Unicef, 1990), através da Convenção dos Direitos da Criança, torna-se um instrumento para afirmar a superioridade de alguns países em relação a outros. As crianças cujas acções tem lugar fora dos limites universalmente estabelecidos para a ‘*infância*’ são consideradas patológicas, enquanto as famílias, as comunidades e os países de origem são implicitamente culpados e estigmatizados (Burman, 1996). O imperativo do melhor interesse da criança oferece então às agências externas a legitimidade e os poderes para intervir nos países que não conseguem garantir às suas crianças o padrão de vida definido a nível internacional (Pupavac, 1998). As intervenções podem assim tornar-se o meio de afirmação de interesses coloniais. Um exemplo significativo é representado pelos programas de educação parental e de escolarização das meninas, considerados pela Unicef como instrumentos para a promoção do planeamento familiar e da diminuição da taxa de fertilidade (Unicef, 1989).

A aceitação de determinados princípios ou a resistência que a estes se opõe, assim como o reconhecimento ou a recusa de uma linguagens dos direitos que vai se difundindo a partir das áreas fortes do planeta, através das organizações internacionais, constituem parte dos processos políticos globais em que a antropologia se encontra inevitavelmente implicada (Cutolo, 2007). As outras ciências sociais também, acrescentaríamos nós. Trata-se de uma implicação que não pode assumir a forma de uma simples técnica de conhecimento dos contextos onde as intervenções se realizam, como propuseram alguns teóricos da *applied anthropology* de época colonial e pós-colonial. Pelo contrário, continua Cutolo (2007), a antropologia está implicada porque, a partir do seu próprio projecto de conhecimento e das práticas de pesquisa que este implica, encontra-se inevitavelmente *dentro* dos processos globais mencionados, os observa no seu acontecer no terreno, na sua dimensão local, experimentado as suas capacidades de produzir novas identidades, novos poderes, novas formas de inclusão e exclusão social, de domínio e de resistência. Procurando identificar relações e conexões entre os significados locais e globais, a antropologia propõe assim um olhar crítico e, de certa forma, contra-egemónico.

Muitas vezes, os profissionais, os activistas e os decisores políticos, alcançados pelos sofrimentos e pelas necessidades junto das quais trabalham, consideram o debate sobre as

efectivas possibilidades de aplicar direitos universais em contextos sociais e culturais específicos como irrelevante para a prática, um luxo académico para sociólogos e filósofos.

Pelo contrário, as orientações teóricas e as preferências metodológicas mereceriam uma atenção especial, uma vez que decisões aparentemente técnicas estão sempre permeadas por implicações sociais (James et al., 1998). Planificar intervenções e escolher prioridades nunca é uma operação neutral, na medida em que pessoas reais as põem depois em prática (Jacquemin, 2006). Programas baseados na definição e na aplicação demasiado estrita de normas universais, supostamente voltas a promover o bem-estar das crianças, acabam frequentemente por obter resultados muito diferentes daqueles previstos pelos seus promotores (Boyden, 1990; Jacquemin, 2006; Johnson, Hill & Ivan-Smith, 1995; Niewenhuys, 1994).

Eis de novo o papel central das ciências sociais e, nomeadamente, dos estudos africanos. Se as categorias da linguagem global dos direitos da infância se revelam de difícil aplicação na realidade social vivida e observada no terreno, torna-se necessária a sua crítica ou a sua suspensão temporária, para melhor entender o contexto objecto de análise. Isto, não apenas para estabelecer um relação intelectual correcta entre diferentes perspectivas, mas sobretudo ao fim de evitar de contribuir à construção de um discurso que, ignorando o carácter concreto das condições históricas e sociais, acabe por propor no âmbito científico uma hegemonia cultural que legitima a exportação mais ou menos forçada de direitos universais abstractos (Cutolo, 2007).

O desenvolvimento de investigações sociais, que partam do reconhecimento das crianças como pessoas competentes e que sejam capazes de escutar o que elas têm a dizer sobre as suas próprias vidas, poderá talvez contribuir à transformação da legislação e das acções que nela se inspiram em alternativas realísticas à opressão e à exploração dos membros mais jovens da sociedade (Jaquemim, 2006).

Em jeito de conclusão: imaginando investigações com crianças em África.

Apesar da sua relevância demográfica e do seu papel activo a nível familiar, social e económico, as crianças do continente africano conseguem com dificuldade espaço e visibilidade na produção científica.

Nas últimas duas décadas, a Sociologia da Infância e, mais tarde, a Antropologia da Infância têm afirmado o estudo do grupo geracional das crianças como um meio para chegar à compreensão e a explicação da sociedade em geral. Segundo Sarmiento (2000), uma das referências da Sociologia da Infância portuguesa, o sentido desta disciplina reside, em última instância, em compreender a sociedade, a partir do estudo de um fenómeno social específico: a infância. Igualmente, a antropóloga da infância Ângela Nunes (1999) considera que *“estudar uma sociedade sem levar em conta como as categorias sócio-etárias que a compõem, entre as quais a das crianças, agem e pensam, é, antropologicamente, um estudo incompleto”*.

Os estudos africanos deparam-se então com o desafio de evitar a *“dupla exclusão”* das crianças africanas: uma *exclusão geracional*, uma vez que só recentemente as crianças tem conseguido o estatuto de actores sociais, que merecem ser estudados *“pelos seus próprios méritos”* (Qvortrup, 1999), e uma *exclusão geográfica*, uma vez que os próprios estudos da infância nasceram e têm se desenvolvido sobretudo na Europa.

Em geral, os mass media e as organizações internacionais têm caracterizado as crianças do continente africano como *“fora do lugar”* por não se encontrarem apenas em casa e na escola, ocupadas de maneira exclusiva no estudo e na brincadeira, como previsto pela norma da classe média europeia-norte-americana depois universalizada. Hoje, tornam-se então necessárias investigações qualitativas e participativas que permitam de ouvir a voz das crianças e de conhecer os seus pontos de vistas, a fim de complementar as visões dos adultos e os dados estatísticos existentes. De facto, a participação activa das crianças na pesquisa e a possibilidade a elas garantida de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito não constitui apenas uma opção metodológica, mas um direito estabelecido no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Ainda, pesquisas empíricas e reflexões teóricas serão necessárias para definir as possibilidades de conciliar o valor universal deste instrumento normativo com específicas realidades sociais e culturais.

Os estudos africanos têm um papel decisivo na construção de um conjunto de dados que constituam uma mais-valia no mosaico ainda reduzido do conhecimento e da compreensão sobre a complexa realidade dos mundos sociais e culturais das crianças no continente africano. É necessário tornar visíveis as experiências quotidianas destas crianças,

às vezes encobertas pelas situações mais extremas. Será assim possível alcançar resultados não apenas relevantes do ponto de vista científico, que permitam uma reflexão acerca das concepções de infância vigentes, mas ainda disponibilizar informações e identificar eventuais pistas de trabalho para informar os políticos, os profissionais e os activistas que operam no âmbito da promoção dos direitos das crianças.

Ouvir a voz das crianças não oferece respostas definitivas a nenhuma questão, assim como ouvir a voz dos adultos. Como os adultos, as vezes, as crianças formam as suas crenças e os seus desejos a partir de informações limitadas, senão distorcidas. Como os adultos, as crianças também não concordam umas com as outras. Mesmo assim, ouvir a voz das crianças representa uma parte essencial de qualquer intento de compreender ou mudar as suas vidas (Gaitán, 2006).

Referências bibliográficas

- ACTIONAID INTERNATIONAL MOÇAMBIQUE: *Pesquisa sobre a Violência contra a Rapariga na Educação*. ActionAid, Maputo, 2005.
- ANDRADE, X., LOFORTE, A. M., OSÓRIO, C., RIBEIRO, L. & TEMBA, E.: *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*.: WLSA Moçambique, Maputo, 2001.
- ARTHUR, M. J.: *Memórias do Activismo*. WLSA Moçambique, Maputo, 2007.
- ARTUR, D.: *Mecanismos, Organizações Institucionais e Comunitárias de Atendimento de Órfãos*. Handicap International, Beira, 2002.
- BOYDEN, J.: 'Childhood and the Policy Makers'. In A. JAMES & A. PROUT: *Constructing and Reconstructing Childhood*. The Falmer Press, Hampshire, 1990.
- BURMAN, E.: 'Local, Global or Globalized? Child Development and International Child Rights Legislation'. *Childhood*, 3, 1996, pp.45-66.
- CONNOLLY, M. & ENNEW, J.: 'Introduction: Children Out of Place'. *Childhood*, 3, 1996, pp.131-145.
- COSTA, A. B.: *O preço da Sombra. Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Livros Horizonte, Lisboa, 2007.
- CUTOLO, A.: 'Figli, prima che bambini. Destino sociale e genere tra gli annofwe della Costa d'Avorio'. In A. NUZZACCI, *Infanzie visibili, infanzie negate*. Franco Angeli, Milano, 2007.
- DOUGLAS, G. & SEBBA, L.: *Children's Rights and Traditional Values*. Ashgate, Aldershot, 1998.
- FRANKLIN, B.: *The Handbook of Children's Rights. Comparative Policy and Practice*. Routledge, London, 1995.
- FRIAS, S.: *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira?* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006.

- GAITÁN, L.: *Sociología de la Infancia*. Editorial Síntesis, Madrid, 2006.
- GIDDENS, A.: *New Rules of Sociological Method*. Hutchinson, London, 1976.
- GLAUSER, B.: 'Street Children: Deconstructing a Construct'. In A. JAMES & A. PROUT: *Constructing and Reconstructing Childhood*. The Falmer Press, Hampshire, 1990.
- HONWANA, A. & DE BOECK F.: *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*. CODESRIA, Dakar, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: 'Projeções'. In MMAS - Ministério da Mulher e Acção Social, *Plano Nacional de Acção para a Criança 2006-2010*. Ministério da Mulher e Acção Social, Maputo, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *As crianças em Maputo Cidade: cifras e realidades*. Instituto Nacional de Estatística, Maputo, 1999.
- INVERNIZZI, A.: 'Street-Working Children and Adolescents in Lima: Work as an Agent of Socialization', *Childhood*, 10, 2003, pp.319-341.
- JACQUEMIN, M.: 'Can the language of rights get hold of the complex realities of child domestic work?'. *Childhood*, 13, 2006, pp.389-406.
- JAMES, A., JENKS, C. & PROUT, A.: *Theorizing Childhood*. Polity Press, Cambridge, 1998.
- JENKS, C.: 'Investigação zeitgeist na infância'. In P. CHRISTENSEN & A. JAMES, *Investigação com crianças. Perspectivas e práticas*. Paula Frassinetti, Porto, 2005.
- JOHNSON, V., HILL, J. & IVAN-SMITH, E.: *Listening to smaller voices: children in an environment of change*. ActionAid, London, 1995.
- KATZ, C.: 'Children and environment: work, play and learning in rural Sudan', *Children's Environments Quarterly*, 3, 1986, pp.43-51.
- LEVINE, R. A., DIXON, S., LEVINE, S. et al.: *Child Care and Culture: Lessons from Africa*. Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- LOPATKA, A.: 'The Rights of the Child are Universal: The Perspective of the UN Convention on the Rights of the Child'. In M. FREEMAN & P. VEERMAN, *The Ideologies of Children's Rights*. Martinus Nijhoff, Dordrecht, 1992.
- MARCHI, R.: *Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: um Estudo de Sociologia da Infância Crítica sobre a "Não-Criança" no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- MATAVELE, Joaquim: *Abuso sexual de raparigas nas escolas moçambicanas*. Save The children, Maputo, 2005.
- MEAD, M.: *O Conflito de Gerações*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1970.
- MEJÍA, M., OSÓRIO, C., & ARTHUR, M. J.: *Não sofrer caladas. Violência contra mulheres e crianças: denúncia e gestão de conflitos*. WLSA Moçambique, Maputo, 2004.
- MMAS - Ministério da Mulher e Acção Social: *Plano Nacional de Acção para a Criança 2006-2010*. Ministério da Mulher e Acção Social, Maputo, 2006a.
- MMAS - Ministério da Mulher e Acção Social: *Plano Nacional de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis 2006-2010*. Ministério da Mulher e Acção Social, Maputo, 2006b.

MMAS - Ministério da Mulher e Acção Social: *Relatório do Seminário Nacional sobre Crianças Órfãs e Vulneráveis no Contexto do HIV/SIDA*. Ministério da Mulher e Acção Social, Maputo, 2004.

NAÇÕES UNIDAS: *Convenção sobre os Direitos da Criança*. New York, United Nation, 1989.

NIEWENHUYIS, O.: *Children's Lifeworlds: Gender, Childhood and Labour in the Developing World*. Routledge, London, 1994.

NUNES, A.: *A Sociedade das Crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança*. Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1999.

NUNES, A., & CARVALHO, M. R.: 'Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância'. In *31º Encontro Anual da ANPOCS*. Anpocs, Caxambu, 2007.

PARKER, S.: 'The Best Interest of the Child – Principles and Problems'. In P. ALSTON, *The Best Interest of the Child: Reconciling Culture and Human Rights*. Oxford University Press, Oxford, 1994.

PUNCH, S.: 'Childhoods in the majority world: miniature adults or tribal children?'. *Sociology*, 37, 2003, pp.277-295.

PUPAVAC, V.: 'The infantilization of the South and the UN Convention on the Rights of the Child'. *Human Rights Law Review*, 3, Nottingham, 1998.

QVORTRUP, J.: 'Childhood as a Social Phenomenon Revisited'. In M. BOYS-REMOND, H. SUNKER & H. KRUGER, *Childhood in Europe. Approaches, Trends, Findings*. Peter Lang Publishing, New York, 2001.

QVORTRUP, J.: 'A infância na Europa: novo campo de pesquisa social'. In *Textos de Trabalho n.1*. Instituto de Estudos da Criança, Braga, 1999.

RICHTER, L., DAWES, A. & HIGSON-SMITH C.: *Sexual Abuse on Young Children in Southern Africa*. HSRC Press, Cape Town, 2004.

ROGOFF, B.: *The Cultural Nature of Human Development*. Oxford University Press, Oxford, 2003.

SARMENTO, M. J.: 'Visibilidade social e estudo da infância'. In V. VASCONCELLOS & M. J. SARMENTO, *(In)visibilidade da Infância*. Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

SARMENTO, M. J.: 'As culturas da Infância na Encruzilhadas da Segunda Modernidade'. In M. J. SARMENTO & A. B. CERISARA, *Crianças e Miúdos*. Edições ASA, Porto, 2004.

SARMENTO, M. J.: 'Sociologia da Infância: Correntes e Confluências'. *Cadernos do Noroeste. Série Sociológica*, 13(2), 2000.

SARMENTO, M.J., SOARES, N. & TOMÁS, C.: 'Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças'. in *Sixth International Conference on Social Methodology*. Amsterdam, 9/2/2004.

SERRA, C.: *Tata papa, tata mamã: Child Trafficking in Mozambique*. Save The Children, Maputo, 2007.

SILVA, M. R.: *Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica*. Hucitec, São Paulo, 2003.

UNICEF: *A pobreza na infância em Moçambique. Uma análise da situação e das tendências*. Unicef, Maputo, 2006.

UNICEF: *The State of the World's Children*. Unicef, New York, 1990.

UNICEF: *Innocenti Global Seminar: Early Childhood Development. Summary Report*. Unicef, Firenze, 1989.

UNICRI: *Menores em Conflito com a Lei: uma Abordagem Integrada*. UNICRI, Maputo, 2007.

WEISNER, T. S. & GALLIMORE, R.: 'My brother's keeper: child and sibling caretaking'. *Current Anthropology*, 18, 1977, pp.169-180.